

# Um plano que pode dar certo

O GLOBO

29 JUL 1991

ANTONIO CARLOS LEMGRUBER

O fracasso de todos os planos heterodoxos de estabilização implementados no Brasil desde 1986 tem alimentado a impressão de que medidas de política econômica são incapazes de baixar (e manter baixa) a inflação e de promover a recuperação da atividade econômica. Nada mais falso. É perfeitamente possível organizar um conjunto de medidas econômicas — ao qual se pode chamar de “plano” — que seja capaz de colocar a economia brasileira numa posição bem mais satisfatória do que a atual. Na verdade, existe um excelente repertório produzido pela ciência econômica que permite ao policy-maker montar um plano que pode dar certo, evitando de um lado as soluções heterodoxas e de outro lado a atitude oposta de não se fazer nada.

Acreditamos que um plano de estabilização nos moldes do chamado Paeg, adotado no Governo Castello Branco, pode dar certo em 1991, como deu em 1964/66. A ideia fundamental é controlar a demanda agregada de um lado, via medidas fiscais e monetárias, e aumentar a oferta agregada de outro lado, via reformas estruturais e abertura econômica. Um plano convencional — no melhor sentido da palavra — ao lado de uma verdadeira reforma liberal: contrair a demanda e ampliar a oferta, com efeitos a curto e longo prazos, pelo uso equilibrado de medidas de política econômica.

Como poderia ser, em linhas gerais, este Paeg II, ou seja, o “Programa de Ação Econômica do Governo” ou Paeg do Governo Collor?

A questão fundamental é, sem dúvida alguma, de natureza fiscal. O Governo tem dificuldades de financiar seus gastos de forma não-inflacionária, em face da perda de credibilidade no crédito público. É obrigado a recorrer à emissão de moeda, ou então é levado a “cortar gastos” de modo ineficiente e até perigoso como, por exemplo, não pagando suas dívidas ou contendo de forma artificial e insustentável os sa-

lários do setor público. Assim como foi feito em 1964, essa questão fiscal tem de ser atacada em duas frentes: trabalhando no sentido de eliminar o déficit público e recuperando de modo indiscutível o crédito público. Toda esta discussão recente sobre déficit público no Brasil tem obscurecido o fato de que o País ainda mostra um grande hiato entre receitas e despesas nominais, quando se consideram as despesas do serviço da dívida pública. O que precisa ser feito é reduzir este déficit nominal brutalmente e financiar de modo não-inflacionário o déficit remanescente. Com a volta da confiança no crédito público, a questão fiscal pode ser resolvida — como já ocorrera na década de 60.

Mas, é lógico que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário. Por conseguinte, reforçando a questão da reforma fiscal, há necessidade absoluta de se estancar a emissão de moeda. Tão importante quanto a recuperação da confiança no crédito público será um anúncio firme de que o Governo não irá mais emitir moeda. Um congelamento monetário, contrastando totalmente com os congelamentos de preços e salários dos últimos cinco anos no Brasil. Em 1964/66, a combinação equilibrada de restrição monetária e reforma fiscal propiciou a eliminação do oxigênio que alimentava a inflação. A expansão monetária entre 1964 e 1966 não chegou a ser zero, mas ficou em níveis extremamente apertados, contribuindo para trazer a inflação de mais de 100% no início de 1964 para menos de 20% no início de 1967 (taxas anuais).

O novo Paeg terá, portanto, de atacar fundamentalmente as questões fiscais e monetárias. Mas, é evidente que outros aspectos terão de ser considerados, com destaque para o câmbio e os salários, além de outras reformas estruturais mais amplas voltadas para a liberalização da economia. E é precisamente nestes outros aspectos que o receituário liberal se mostra conveniente. Com a economia em liberdade e a política econômica bem conduzida, o mercado certamente se comportará de modo a contribuir para colocar o País em caminhos mais favoráveis. Havendo confiança na política econômica, as forças de

mercado se encarregarão de ajustar o câmbio e os salários para níveis adequados. Uma taxa de câmbio flutuante e a livre negociação salarial são perfeitamente compatíveis com um programa restritivo na área fiscal e monetária.

Na verdade, o que causa uma impressão favorável quando se faz uma análise do Paeg de 1964/66 é justamente esta compatibilização entre medidas de curto e de longo prazos, a qual foi capaz de produzir uma contração da demanda agregada e uma ampliação da oferta. Os agentes econômicos estão certamente esperando sinais a serem dados por parte do Governo no sentido de se criar um ambiente estável de confiança e de regras bem definidas, que permita uma verdadeira explosão das forças de mercado, como ocorreu no Brasil durante o período de crescimento rápido que foi de 1967 a 1980. Este longo período de 14 anos de alto crescimento econômico só foi possível porque durante 1964/66 foram estabelecidas as bases estruturais que facilitaram as forças de mercado e reorganizaram as contas do setor público, inclusive a recuperação do crédito governamental. O País está novamente necessitado de um plano semelhante ao Paeg, para retomar o crescimento na década de 90 com inflação baixa.

Para finalizar, deve-se comentar a questão do endividamento externo. Passados quase dez anos desde a crise de 1982, há vários indícios de que o Brasil voltou finalmente a ter condições de obter recursos externos de forma voluntária. Mais uma vez, vale a comparação com 1964/66. Aqueles anos também se caracterizaram por um processo de recuperação do crédito externo, que havia sido paralisado em anos anteriores. As recentes operações bem sucedidas de captação via títulos no exterior antecipam uma normalização ainda maior no nosso relacionamento financeiro com o exterior. E isto certamente irá ocorrer, com a adoção de medidas ortodoxas de ajuste econômico.

Antonio Carlos Lemgruber é economista, ex-Presidente do Banco Central, e atual vice-Presidente Executivo do Banco Boavista.